

“Que outra arma temos nós trabalhadores?”: conflitos trabalhistas na luta pelo socialismo no Chile (1970-1973)

MÁRCIA CAROLINA DE OLIVEIRA CURY*

A Unidade Popular

Neste ano, em que se completam quatro décadas do golpe militar que pôs fim ao governo de Salvador Allende, ainda há muito o que debater em torno daquela experiência. Desde a vitória da Unidade Popular (UP), em setembro de 1970, a “experiência chilena” vem sendo analisada por um número importante de grupos políticos e estudiosos no mundo inteiro. Este interesse ocorreu porque este processo constituiu uma experiência singular, na qual um presidente com um projeto socialista chegou ao poder eleito democraticamente. Mas, para nós, um aspecto fundamental a ser colocado neste debate é justamente o grande envolvimento dos trabalhadores chilenos, carregados das suas paixões políticas, em torno do governo que propunha a construção do socialismo sem romper com os mecanismos institucionais.

Se por um lado, a proposta de avançar rumo ao socialismo pelas vias institucionais se apresentava como uma grande inovação na esquerda, por outro, a grande mobilização dos trabalhadores entre os anos de 1970 e 1973 pode ser considerada como a faceta mais criativa e transformadora do governo da Unidade Popular, especialmente porque elas superaram as formas propostas de participação e ampliaram suas formas históricas de organização, pautadas na solidariedade e na sua consciência de classe.

A coalizão eleita em 1970 congregava diferentes forças do cenário político chileno e reunia os principais partidos da esquerda nacional, como o Partido Comunista (PC), o Partido Socialista (PS), e outros representantes menores, como o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), grupo egresso da Democracia Cristã, além do Partido Radical (PR), grupo que havia sido uma das lideranças fundamentais do centro político e, posteriormente, agregou-se a Izquierda Cristiana (IC).

Seu projeto, apostando na (auto) imagem de país politicamente maduro e democrático, visava a construção do socialismo nos marcos da institucionalidade por

* Doutora em Ciência Política pela Unicamp.

meio de amplas transformações estruturais na sociedade chilena. Na coalizão havia um pressuposto de que esse processo requeria uma etapa de transição, na qual o Estado, intervindo de forma direta na economia, iria realizar as transformações destinadas à socialização dos meios de produção. Neste âmbito o programa visava separar setores da economia em áreas diferenciadas de gestão.

Suas principais lideranças concebiam o processo de mudanças dentro de uma transição gradual que conduziria ao socialismo por meio de uma aliança de classes com tarefas democratizantes, de caráter antioligárquico e antiimperialista. E se insere nesta proposta a abertura de canais de participação dos trabalhadores, que se daria, principalmente, por meio das suas organizações, especialmente a Central única dos Trabalhadores (CUT).

Uma das principais propostas apresentadas pela Unidade Popular era a da criação de setores diferenciados da economia e a participação dos trabalhadores nas empresas. O que se assiste ao longo do governo socialista é uma significativa ampliação dos planos de estatização e de participação dos trabalhadores. Essa expansão se deu devido às ações sociais que começaram a assumir uma dinâmica diferenciada em várias empresas, incluindo as de pequeno e médio porte, que não se inseriam no projeto original. Tais ações se deram a partir da mobilização dos trabalhadores que visavam a passagem das indústrias para a chamada Área social, ou pelo menos, a intervenção do governo naquelas empresas que não se inseriam no projeto de estatização. A partir destes atos, a experiência chilena conheceu uma nova dinâmica, própria dos movimentos de trabalhadores.

O fato de levantar a bandeira da participação dos trabalhadores, de favorecer certas formas de controle sobre o processo de produção e de nacionalizar grandes empresas liberaram uma energia participativa das bases operárias, o que começou a dar um conteúdo concreto às noções de participação e de propriedade social numa base que ansiava pelas mudanças prometidas pelo governo popular. Numa conjuntura política favorável, e sem temer a repressão por parte do Estado, os trabalhadores desencadearam um processo de avanço nas transformações propostas pelo governo que complementou, mas também divergiu da revolução “de cima” encaminhada pela UP.

Operários em greves e ocupações de fábricas, movimentos de *pobladores* e trabalhadores rurais, ampliando significativamente as ações de ocupações de terrenos e propriedades, em ações conjuntas com grupos de esquerda, como o MIR, alas do Partido Socialista, MAPU e Izquierda Cristiana, protagonizaram este aprofundamento do processo revolucionário. Com ações desiguais no tempo, no lugar e na velocidade, os diversos movimentos infundiam na concepção acerca da construção do socialismo as preocupações cotidianas e as questões históricas que assolavam a classe trabalhadora. Na busca deste objetivo, os trabalhadores passaram a se organizar e se mobilizar de diferentes formas, impulsionando um enfrentamento direto com o capital.

Os conflitos cotidianos

Visando contribuir com uma visão mais ampla daquele processo, que permita observar a dinâmica dos trabalhadores no cotidiano do trabalho durante o processo revolucionário, adotamos uma perspectiva de análise que interpreta uma importante expressão das suas reivindicações, que está no significativo aumento do registro de conflitos trabalhistas. A partir destes registros pretende-se demonstrar como se deu a intensificação do conflito entre capital e trabalho num contexto revolucionário. Tal intensificação pode interpretada como parte da reapropriação do projeto socialista pelos trabalhadores.

A nossa interpretação se embasa na perspectiva apresentada por Hobsbawm, na qual o historiador estabelece dois pressupostos fundamentais para a investigação da história dos trabalhadores. Primeiramente, que a história da classe operária está inserida na história de uma determinada sociedade, e que, portanto, as relações de classe não podem ser analisadas isoladamente, mas em conjunto com a reflexão de como a sociedade se organiza historicamente. Em segundo lugar, que a história operária sempre deve relacionar os diferentes níveis que a compõem (político, socioeconômico, cultural, etc.), tornando relevante a análise das relações entre trabalhadores e movimentos, bases e líderes, políticas, culturais, ideológicas e socioeconômicas.

O nosso trabalho se fundamenta na linha teórica que privilegia a própria ação dos trabalhadores, motivada e influenciada por suas experiências, e a partir de suas vivências no interior de uma sociedade. Pretende-se compreender a ação política dos

trabalhadores como sujeitos históricos, cujas ações não podem ser reduzidas à ideia de indivíduos dissociados em busca unicamente de ganhos individuais, sem identificação com uma luta mais ampla.

Para analisar a relação dos trabalhadores chilenos com o governo da Unidade Popular consideramos um aspecto fundamental. Não se pode negligenciar a importância da tradição socialista naquele país, que se notabilizou pelo questionamento da situação histórica de dependência e de desigualdade, e para a inserção de reivindicações políticas e sociais dos setores populares na pauta política nacional, aspectos que resultaram na mobilização de projetos que consolidaram uma tradição de esquerda entre os chilenos. Decorrente disso, mas não menos importante, é preciso destacar que a história da classe trabalhadora chilena, marcada por sua forte atuação dentro e fora do espaço de trabalho, demonstra o compartilhamento de projetos políticos e uma tradicional interação com a esquerda partidária do país. A noção de projetos políticos é tomada aqui como “os conjuntos de crenças, interesses, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política.

Ao mesmo tempo, temos que olhar além da arena política “formal”, para ver como os trabalhadores expressaram suas esperanças. (LUDTKE, 1985, p.309) Esta proposta visa construir uma análise que supere uma interpretação da classe trabalhadora como uma estrutura rígida e, conseqüentemente, analise como os indivíduos agiram, e não como deveriam agir, ao mesmo tempo em que não se limita às suas ações dentro dos órgãos de representação, mas também não as exclui, especialmente no Chile, onde a identidade de classe e a política estiveram historicamente atreladas.

Assim, a proposta do presente trabalho vai ao encontro da proposta analítica da obra de E. P. Thompson que vêm dando suporte teórico a trabalhos acerca da classe trabalhadora, e que visam apreender não somente as formas de luta institucional, mas também captar as múltiplas formas do processo histórico de formação da classe trabalhadora e de expressão da sua identidade.

Por isso, torna-se relevante aprofundar a análise da participação da classe trabalhadora no transcurso do processo de governo da Unidade Popular, especialmente no que se refere à intersecção das suas manifestações com as ações e os discursos

político-ideológicos da esquerda chilena que estão presentes nas ações operárias desde o início do século XX.

Inserido nesta perspectiva, portanto, entendemos que uma incursão pelas conflitos no cotidiano de trabalho, recorreremos às fontes que melhor nos aproximariam do pensamento, da fala, das relações e ações daqueles sujeitos, que nos permitissem mergulhar na dinâmica social no seu cotidiano.

Nesta comunicação será apresentada uma análise destes conflitos cotidianos que permite compreender a intensidade dos conflitos sociais e da luta travada contra o capital naquele contexto revolucionário. Para tanto, optei por demonstrar a importância que adquirem documentos que registram esta dinâmica de conflito. Selecionamos os documentos presentes no Ministério do Trabalho nos possibilitaram uma aproximação aos conflitos no cotidiano do trabalho, antes e durante o período da UP. Por meio deles foi possível apreender muitos elementos das relações de trabalho e da prática política dos trabalhadores. Analisamos registros dos processos referentes a greves, piquetes e ocupações de fábrica. Encontramos entre estes documentos registros de conflitos entre os trabalhadores, entre operários e chefes, a solicitação de intervenção estatal ou a substituição dos interventores nas empresas.

A hipótese sustentada na tese da qual se origina esta apresentação é de que a maneira como os trabalhadores pensaram as propostas do governo e as articularam com as suas formas de organização e de atuação estava fortemente marcada pelas experiências que constituíram aquela classe, e acarretaram numa lógica própria de ação. Tais experiências permitiram que eles se tornassem portadores de ideias que expressavam o desejo de “tornar o Chile uma sociedade mais justa”, mobilizando para isso todos os elementos que eram parte do seu repertório de lutas, que congregava o diálogo e também o enfrentamento com as instituições.

Naquele contexto, deu-se um alargamento do caráter coletivo das suas práticas, da solidariedade de classe, da articulação das questões locais e cotidianas a um projeto político revolucionário e, portanto, uma generalização do questionamento ao *status quo*. Todos esses elementos se expressaram quando se congregaram na ampliação dos movimentos de greve, de ocupações de propriedades, de enfrentamento com as instituições e mesmo de questionamento às propostas “de cima” dentro daquele projeto

de transformação do qual compartilhavam, quando elas não acompanhavam o ritmo das exigências populares e não respaldavam as suas estratégias.

Se por um lado, a CUT vocalizava a voz do governo na sua atuação junto aos trabalhadores na implantação do sistema de participação, por outro, ficava evidente o importante papel articulador dos sindicatos entre as bases. Assim como ocorreu no contexto de formação/renovação dos sindicatos e de articulação dos comitês da UP, em que o contato cotidiano das lideranças, ou futuras lideranças com os trabalhadores foi fundamental para impulsionar a sua mobilização em cada unidade produtiva, nesta conjuntura que se apresentava como uma experiência totalmente nova não foi diferente.

A Unidade Popular havia proposto expropriar 253 das 35.000 empresas existentes no Chile, mas este número havia diminuído para 90 devido a pressões da oposição ao governo.¹ Desta quantidade, 74 eram empresas industriais onde trabalhavam 55.854 trabalhadores, ou seja, 10% do proletariado industrial manufatureiro. Em dezembro de 1972, o total de empresas sob intervenção no setor industrial era de 202. Estas somavam um total de 117.471 trabalhadores; e das 65 empresas adicionais que foram agregadas à área social, somente 9 correspondiam à lista original das empresas estratégicas. (SILVA, 1988, p.252)

Uma importante expressão das reivindicações dos trabalhadores destas empresas está no significativo aumento do registro de conflitos trabalhistas, que variou da média de 1 mil, entre os anos de 1967 e 1969, para 1819, em 1970, 2709, em 1971, e 1763 somente no primeiro semestre de 1972. Ao mesmo tempo em que a média do número de trabalhadores envolvidos em cada conflito diminuiu, o que indica o crescente conflito nas empresas pequenas. (SILVA, 1998, p.73) São muitos os registros no Ministério do Trabalho referentes a ocupações de fábricas e paralisações, nas quais os trabalhadores exigiam a intervenção do governo por motivos vários, como conflitos trabalhistas.

Na busca deste objetivo, os trabalhadores passaram a se organizar e se mobilizar de diferentes formas para incluírem seus postos de trabalho no plano de estatização do governo, que estabelecia critérios, ainda que flexíveis, para a intervenção e requisição, que incluíam desde conflitos de trabalho até denúncias de boicote à produção e, claro, a existência de monopólios nacionais e estrangeiros.

¹ “Con proyecto al Congreso el Gobierno se propone estatizar 91 empresas”. **La Prensa**. Santiago, 15 de Enero de 1972, p.5.

Entre os registros, encontram-se cartas e ofícios encaminhados por trabalhadores, empresários e membros do governo, especialmente da Direção do Trabalho. Os empresários, por sua vez, denunciavam a instauração do conflito pelos trabalhadores, narrando o processo de ocupação, geralmente precedido pelo enfrentamento com executivos, chefes e proprietários, e o impedimento de que estes ingressassem na empresa.

Como foi o caso da Maestranza Santa Monica, que teve suas oficinas e outras instalações ocupadas pelos operários, que fecharam as portas e impediram o ingresso dos executivos. Os operários seguiram trabalhando, com total controle sobre as ferramentas, materiais, maquinário, equipamento ferroviário em conserto, peças de reposição, etc. E ao final, conseguiram a intervenção do governo na indústria.²

Inúmeras eram as estratégias adotadas pelos trabalhadores para conseguirem a intervenção do governo ou o confisco das empresas. Suas ações incluíam a paralisação da produção, a ocupação da empresa, a denúncia de não resolução dos conflitos trabalhistas, de más condições de trabalho, de recursos dos empresários para paralisar ou reduzir a produtividade, a comercialização com o mercado negro, enfim, qualquer elemento que justificasse a intervenção do Estado na empresa em questão.³

A ocupação da fábrica têxtil Yarur, em 28 de abril de 1971, representou o primeiro grande conflito entre Allende e sua base central, a classe operária industrial. Foram os trabalhadores que ganharam essa disputa, forçando uma aceleração imprevista do processo. (WINN, 1976, p.76) A onda desencadeada foi o que impulsionou uma nova etapa do processo revolucionário, com um enfrentamento direto com a burguesia nacional, e que pressionava o governo na delimitação da Área de Propriedade Social.

Entre as grandes empresas, somente na comuna de Maipú, na Grande Santiago, 10 das indústrias locais registraram 25% dos conflitos trabalhistas, entre elas: Polycron

² Dentre os argumentos do industrial para a reversão da ocupação da indústria estava o fato de aquela ser uma empresa de médio porte que fornecia peças à Ferrovia do Estado. E juntamente com a Maestranza Santa Monica, muitas fábricas sofreram intervenção a partir de decretos assinados entre outubro e dezembro de 1971. Para citar algumas: Industrias del Cobre Indelco, Maestranza Santa Monica Maestranza y Carrocería Royal, Maderas Monte Verde, Pinturas Tecnicas S.A Antecedentes. **Ministerio del Trabajo**. Libro 2216. Santiago, 22 de septiembre de 1971.

³ Entre as denúncias de más condições de segurança e higiene no trabalho, podemos citar o caso da fábrica Aluminios y Enlozados Fantuzzi, cujo sindicato industrial solicitava ao Ministério do Trabalho a visita de fiscais. “Solicita designación que indica.” **Ministerio del Trabajo**. Libro 4432, 11 junio de 1971, p.504. Também a denúncia dos operários contra a fábrica de tubos de cimento Bottai Ltda, citando deficiências de higiene e segurança industrial no local.

(fibras e algodões sintéticos), onde o conflito se iniciou com o descumprimento de pontos do acordo coletivo, mesmo motivo que levou à ação dos trabalhadores da El Mono (artigos de alumínio) e da Perlak (fábrica de conservas), que também denunciavam boicotes à produção e negociações com o mercado negro por parte dos empresários; a CIC (móveis e metalurgia), por reivindicações salariais e exigência de imediata passagem à Área Social; Fensa, na qual o conflito se deu devido à tentativa por parte da empresa de colocar fim à intervenção governamental, levando ao enfrentamento entre sindicalistas e executivos.⁴

Este conflito dava claros sinais de que não seria seguida a proposta oficial e assumia contornos mais radicais, seguindo a lógica do movimento de base, e isso incluía, portanto, empresas médias e pequenas. Podemos ilustrar essa questão com diversos exemplos de processos encaminhados no Ministério do Trabalho com solicitações dos sindicatos e da Direção do Trabalho, órgão que mediava os conflitos nas empresas.

Na indústria têxtil Grecea, seus 6 operários tentaram estatizá-la a partir de denúncia encaminhada ao Ministério do Trabalho, que apontava irregularidades na produção, com a sua diminuição, a comercialização com o mercado negro e fraude no fluxo da matéria prima. Além disso, denunciavam o descumprimento de acordos trabalhistas referentes às tarifas e condições de trabalho, e se queixavam da falta de segurança. Por todas essas infrações solicitavam a passagem da empresa à Área de Propriedade Social.

O sindicato industrial justificou a ocupação da indústria ao Ministério do Trabalho:

*A ocupação da indústria se deu e nos mantemos nela para que se solucionem diversas irregularidades que a nosso ver indicam a requisição desta empresa. A produção é entregue ao mercado negro, para a qual não se entrega recibo, burlando o pagamento de impostos; descumprimento de pontos do acordo coletivo; exploração do trabalho de menores sem contrato de trabalho. Todas essas razões nos impulsionam a pedir o confisco da empresa e sua posterior passagem à Área de Propriedade Social.*⁵ [Tradução minha] [Grifos meus]

O caso da indústria de conservas Leymo também é bastante elucidativo no que se refere às diferenças das concepções dos trabalhadores em relação à proposta

⁴ “‘Los pirañas’ se liman los dientes con la clase obrera.” **Punto Final**, n.160, 20 de junio de 1972, p.10.

⁵ Antecedentes de la Industria Textil Grecea. **Ministerio del Trabajo**, Libro 4079, 24 de Julio de 1973.

governamental de aliança de classes. Outro aspecto relevante é o abandono da empresa pelos empresários, o que levava os trabalhadores a quererem seguir nos seus postos de trabalho. Neste registro, podemos analisar o conflito estabelecido na empresa entre patrão e empregados por meio das manifestações de ambos os lados.

Em carta encaminhada ao Ministério do Trabalho, o empresário Julio Perez descrevia o estado de conflito na fábrica. Nela, ele justificava a diminuição do ritmo de produção em função da queda na produção da matéria-prima, com isso, explicava também a necessidade de dispensa de parte do quadro de funcionários. A estas questões, somava problemas de indisciplina, falta de respeito entre os trabalhadores e para com a parte empresarial, verbalmente e através da imprensa operária.

Segundo o empresário, os trabalhadores utilizavam “qualquer pequeno problema” para justificar o rompimento das relações de trabalho; alegava assessoria de “elementos ativistas” que não faziam parte do quadro de funcionários. A exigência por parte dos trabalhadores de aumento do número de funcionários e a negativa da parte empresarial teria levado à exaltação dos ânimos, e à saída da fábrica por parte do empresário e do pessoal administrativo para não levar ao enfrentamento. O empresário afirma que numa das ocupações da fábrica teria havido atos de boicote, como o desajuste de uma máquina, e a diminuição da produção devido a acordo com o sindicato para baixar o ritmo de trabalho.⁶

Um novo conflito ocorreu devido ao baixo fornecimento de matéria-prima, que levaria a empresa a demitir 9 operários. Os dirigentes sindicais junto com dois operários e mais “pessoas estranhas à fábrica” teriam bloqueado a entrada da empresa. Posteriormente teriam adentrado a mesma com paus, ameaçando o vigia, obrigando-o a entregar as chaves; gerou-se uma nova ocupação. Para o empresário, a motivação dos operários era gerar distúrbios e baixa produção na pequena indústria para que esta sofresse intervenção e para solicitar ao governo a passagem à APS “sem respeitar os acordos que existem entre a pequena indústria e o governo”.

A afirmação do empresário deve ser levada em conta, já que o que se observa em muitas ações dos trabalhadores é que nem sempre havia problemas passíveis de uma intervenção governamental. O que se assistia era uma resistência operária às relações de

⁶ Antecedentes generales sobre situación conflictiva Leymo. **Ministerio del Trabajo**. Libro 4079.

trabalho ou a sua reação às práticas recorrentes de desmandos e abusos da parte patronal, aproveitando-se de uma conjuntura favorável para instalar um conflito direto e conseguir assim a atenção do governo popular. Podemos ilustrar essa tática com exemplos de operários que justificavam as ocupações com a “alta dos preços e os baixos salários”, com demissões injustificadas e maus tratos, entre outras práticas historicamente recorrentes, como na ocupação ocorrida na Editorial Nascimento:

[...]30 famílias vítimas de uma “vieja momia, como tonta para el abuso”, gozadora da boa vida e da melhor nota, frescolina e esperta até dizer chega. E o mais grave é que todos os armazéns do quarteirão, que estão ajudando, esperam que aqui se resolva o conflito, que será um exemplo para que eles também lutem contra seus patrões, porque também são explorados. Se impede que nós triunfemos porque seremos “um mau exemplo”, um infortúnio.⁷ [Tradução minha]

Mesmo entre as lideranças locais, que tinham legitimidade e o contato cotidiano com os trabalhadores enfrentavam oposição e tinham as suas ações questionadas quando estas não correspondiam à posição da maioria, como podemos constatar em casos como o da indústria Química Maipú. A fábrica havia sido ocupada pelos 35 operários que exigiam a intervenção do governo. Após uma reunião entre o Inspetor do Trabalho, sindicalistas e representantes da empresa houve um acordo e ficou garantida a liberação da fábrica e a retomada das atividades.

No dia seguinte, os trabalhadores não retomaram o trabalho, não desocuparam a fábrica e não permitiram a entrada do Inspetor do trabalho. Estes operários enviaram uma nota à Inspeção onde declaravam “desautorizar a Direção do Sindicato, desconhecer os termos da ata, e reafirmaram o seu propósito de não retomar os trabalhos enquanto não se de[sse] a intervenção da fábrica por parte do Governo.” Os operários designaram outros trabalhadores como representantes em substituição à direção sindical.⁸

Os discursos proferidos pelos trabalhadores, a linguagem utilizada, especialmente para se diferenciar dos seus opositores, seus atos de ocupação de fábricas, prédios, terrenos urbanos e rurais, são um conjunto de elementos que expressavam a afirmação de uma identidade e da sua lógica política própria, sem se importarem se isso

⁷A denúncia contra a empresa incluía maus tratos e demissões. Segundo os trabalhadores, os proprietários da livraria costumavam despedir os empregados quando estes completavam seis meses de serviço, “para impedir que se organizassem e conseguissem a unidade dos trabalhadores”. “Hasta cuando tanta sinvergüenzura.” **Clarín**, Santiago, julio de 1973, p.4.

⁸ Minuta. Maipú, 26 de Julio de 1971. Libro 2740. **Ministerio del Trabajo**.

convinha à racionalidade do projeto institucional. A lógica prevaiente era a do conflito entre capital e trabalho.

Em tais discursos, os mesmos slogans eram interpretados e reapropriados de maneiras diversas pelas classes opostas; de um lado os *momios*, do outro os comunistas – a palavra por si só tinha uma conotação pejorativa. Por trás dessas palavras estavam duas visões de mundo que expressavam posições sociais antagônicas e já faziam com que o governo tomasse ares de confronto.

A valorização do trabalhador passava pela negação de todo um espaço desintegrador, onde o burguês, o patrão, o *momio*, o gringo não tinha seu lugar.⁹ Esse termo traz uma síntese entre ser, parecer e fazer do que se chamaria então pejorativamente o burguês. No termo *momio* há a ideia de conformismo ligada a uma situação objetiva de abundância e de conforto. Esse neologismo aparece no momento em que uma parte da população se radicaliza, corresponde à visão que essa população não pode mais objetivar no termo burguês. *Momio* e gringo representavam as duas faces da exploração. Ser burguês e o que disso decorria quer dizer agir como, pensar como, vestir-se como era associado a essa dominação e a essa prepotência. (BOCCARA, 1997, p.134)

Ao mesmo tempo, se expressa claramente o fortalecimento dos laços de solidariedade e a confiança que se gerava na força dos próprios atos políticos, fundamentais para a consolidação da consciência de classe. Ao mesmo tempo, a ocupação de uma empresa por si só já estabelecia ao governo a problemática da contestação às bases da ordem capitalista do país.

Estes casos denotam os limites da proposta governamental frente à concepção dos trabalhadores, para os quais o empresário não se distinguia entre o grande, monopolista, e o pequeno, “empreendedor”, todos representavam a figura do explorador. Isso demonstra que a lógica da oposição de classes suplantava o nexo nação-antinação proposto pela Unidade Popular. Ao invés de interpretar os conflitos de fábrica como “lutas economicistas”, entendemos que as ações dos trabalhadores expressaram este sentimento de uma identidade coletiva em defesa dos seus anseios e

⁹ O termo *momio*, que não tem tradução, mas pode ser entendido no sentido de múmia, apareceu no vocabulário em torno dos anos sessenta, no momento em que os conflitos se radicalizaram.

contra interesses antagônicos, representados nos mais diversos personagens que aprofundavam uma proposta de transformação da sociedade a partir da sua realidade.

Na implantação do sistema de participação, no questionamento ao seu funcionamento, na exigência para a incorporação da empresa ao novo sistema, se fortaleciam as relações sociais e se aprofundava o aprendizado organizativo dos trabalhadores dentro do modelo mais democrático e legítimo de representação sindical que vinham construindo nos anos anteriores. Nesta etapa do processo revolucionário, tiveram fundamental importância suas experiências políticas do cotidiano, como as conversas, assembleias, greves, ocupações. Essas práticas significaram o aprendizado de gestão das próprias lutas e o fortalecimento da solidariedade e do coletivismo que significavam um questionamento às relações sociais do sistema capitalista.

Referências

SEGUEL-BOCCARA, Ingrid. **Les passions politiques au Chili durant l'Unité Populaire (1970-1973)**. Essai d'analyse socio-historique. Montreal: L'Harmattan, 1997.

LUDTKE, Alf. Organizational Order or Eigensinn? Workers' Privacy and Workers' Politics in Imperial Germany. In: WILENTZ, Sean (ed.). **Rites of Power**. Philadelphia: Univ. Pennsylvania Press, 1985.

SILVA, Miguel. **Los Cordones Industriales y el Socialismo Desde Abajo**. Santiago, Lizer, 1998.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed Unicamp, 2001.

WINN, Peter. Loosing the chains. Labor and the chilean revolutionary process 1970-1973. **Latin American Perspectives**, Issue 8, vol. III, number 1, winter 1976, p.70-84.